

# **DÍVIDAS E FORTUNA OU RIQUEZA E DESTINO o caso dos Cavalcanti de Albuquerque de Pernambuco (1801 – 1880)**

Paulo Henrique Fontes Cadena\*  
(Universidade Federal de Pernambuco)

Resumo: Nesse texto, pretendemos mostrar a trajetória política dos Cavalcanti de Albuquerque, atrelada aos processos de enriquecimento e endividamento que foram sofrendo entre 1801 e 1880.  
Palavras-chave: Cavalcanti de Albuquerque, Pernambuco, Política.

Abstract: In this text, we intend to show the political trajectory of the Cavalcanti de Albuquerque, attaching it to the processes of enrichment and debt that they suffered between 1801 and 1880.  
Keywords: Cavalcanti de Albuquerque, Pernambuco, Policy.

Pelos fins de fevereiro e início de março de 1817, a rotina do Engenho Suassuna parece ter sido modificada. Não que o verde do canavial já não se pusesse a brilhar sob o escaldante sol de Santo Amaro Jaboatão. Angolas, moçambiques, pretos, pardos seguiam sendo castigados: faziam da dor o açúcar que pagava algumas dívidas ou enriquecia o seu senhor. Alguns cativos deixaram – ao menos temporariamente – as enxadas e receberam baionetas. Antonio José Angola trocara até o nome. Passara a ser chamado Antonio José Baioneta<sup>1</sup>. Era um de tantos que lutariam sob o comando de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque – conhecido por Coronel Suassuna – que armara seus escravos, aos 6 de março de 1817<sup>2</sup>, no intuito da busca pela liberdade.

Liberdade era palavra – nesse contexto – que propunha sentidos os mais diversos. Como afirmara Carvalho, “os que estavam na ponta mais frágil da malha interpretavam à sua maneira o momento e as circunstâncias em que viviam<sup>3</sup>”: Baioneta e companheiros devem ter sonhado com o fim do cativeiro. Todavia, o seu senhor fazia da palavra liberdade o sinônimo de poder: libertar-se das amarras daquele Reino Unido. Tollenare conseguia captar esse interesse da rebeldia “guiada por desígnios ambiciosos e de interesse pessoal<sup>4</sup>.” Um dos revoltosos até chegara a dizer que, se tratando dos pretos, “é preciso tratá-los bem para nos ajudarem algum dia a sermos livres<sup>5</sup>.” Ou seja: os escravos serviam, apenas, como ajudantes, para a obtenção dos objetivos dos senhores.

Muita gente se envolveu nas confusões de 1817. A maioria fora presa e morta. Senhores de engenho, padres, escravos, livres e libertos: cada um pensando e agindo pelos seus interesses, mesmo que Oliveira Lima tenha dito exatamente o contrário, afirmando que a

insurreição de 1817 era “um movimento muito mais de princípios que de interesses<sup>6</sup>.” No entanto, tendemos a concordar com Hespanha, que percebe nas revoltas “um vasto rol de sentimentos de raiva.” Dentre estes, estariam a ganância por cargos, antifiscalismo e, até, “sentimentos de terem sido esquecidos pelo rei<sup>7</sup>”. Acrescentaríamos ainda mais um: defasagem financeira. Muita gente deveria estar endividada e com pouco dinheiro, por esses dias. Pelos menos, ao que parece, os Cavalcanti de Albuquerque estavam. E como os cálculos para a insurreição não foram precisos, perdiam vidas e bens. Nesse texto, pretendemos mostrar a trajetória política dessa família, atrelada aos processos de enriquecimento e endividamento que foram sofrendo, entre 1801 e 1880.

Desde 1801, os Cavalcanti de Albuquerque iam enfrentando problemas com a Coroa. Eram denunciados os irmãos Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque por terem recebido cartas escritas pelo irmão – e as lido em sua casa, para algumas pessoas - que estava em Portugal, José Francisco, indicando notícias políticas da Europa, além de “algumas ideias revolucionárias” e advertia a Francisco que “não concorresse para o empréstimo que vinha a pedir-se a esta praça.” O empréstimo seria aberto pela Real Fazenda. A recomendação de não fazê-lo – diziam as autoridades – era “indigna e bem alheia do espírito patriótico de que os fiéis portugueses foram sempre dotados.<sup>8</sup>” Presos, os irmãos buscavam dar as mais variadas respostas de fidelidade ao rei. No entanto, Luiz Francisco mostra que as finanças da família não iam bem. Segundo ele, José não sabia da sua demora na cidade de Lisboa. Contando com a ajuda financeira dos irmãos que estavam em Pernambuco, pedia a eles que não concorressem aos empréstimos “a fim de não ficar sem a subsistência naquela corte<sup>9</sup>.”

Os irmãos Francisco e Luiz eram soltos em 1802<sup>10</sup>. Entretanto, já é bem sabido que eles também queriam formar, em Pernambuco, uma República com proteção de Napoleão<sup>11</sup>, além de não recorrer aos empréstimos. Mas, o ato da tentativa de libertar-se aliado de agente estrangeiro, poderia estar ligado, também, à situação financeira não muito satisfatória da família.

Fazia pouco tempo o pai dos irmãos Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, havia falecido e deixara problemas quanto ao seu engenho Muguahipe<sup>12</sup>. Mas, não só esse. No ano de 1772, Simeão dos Reys de Araújo dizia que Francisco Xavier lhe devia um conto e tantos mil. O juiz de fora mandava executar os bens do devedor, sendo apreendidas perto de 30 caixas de açúcar<sup>13</sup>. Era a execução de uma dívida negada pelo perdedor, que a colocava como uma pretensa rixa, sendo, assim, injustamente

cobrado. Não sabemos até onde a dívida é falsa. Francisco Xavier não prova a inexistência da mesma. No entanto, as 30 caixas de açúcar não mais voltariam em seu valor, ao que parece, aos bens dos Cavalcanti.

Em 1799, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque fazia uma escritura de débito e obrigação de hipoteca ao Reverendo Regente do Hospital da Vila do Recife – São João de Deus -, sendo fiador, o seu irmão Francisco de Paula. Nisso, hipotecavam a metade do valor do Engenho Suassuna e recebiam 3 mil cruzados. Entretanto, anteriormente, ficava um débito ligado ao Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, por hipoteca. Francisco de Paula assumia a dívida, por ser o testamenteiro do seu pai, Francisco Xavier. O empréstimo havia sido de 4 contos de réis, ainda não pagos em 1821<sup>14</sup>. Estavam vigentes dívidas de 846 mil e 262 réis, relativos a escravos comprados a Gonçalo José da Silva Lisboa e José Joaquim Jorge Gonçalves<sup>15</sup>.

Por volta do ano de 1800, Francisco de Paula de Santa Anna reclamava 500.000 réis: uma doação feita pelo Coronel Suassuna e sua esposa, Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello, “de livre vontade” no valor do seu engenho Pantorra. A doação tinha um objetivo específico: ser ordenado de ordens sacras o favorecido. Mas, se falecesse antes de recebê-las, o valor voltava ao casal Cavalcanti de Albuquerque. Ainda preso pelas acusações revoltosas de 1801, no Forte das Cinco Pontas, Suassuna comprovava, de próprio punho, a doação, junto à sua esposa. Parece que as autoridades duvidavam do casal abrir mão desse alto valor. Mas, a doação fora feita<sup>16</sup>. Maria Rita e Francisco de Paula, que acusavam sua morada em Pantorra, não mais a costumarão usar. Talvez o caso seja, mesmo, uma dívida travestida de doação. Uma família que passava por necessidades financeiras, dificilmente, se desfaria de um engenho, por doação de livre vontade, quando já estavam com problemas com Muguahipe.

Em 9 de agosto de 1815, Francisco de Paula faz escritura de débito, obrigação e hipoteca ao Reverendo Regente da Igreja do Hospital da Vila do Recife, José Gomes Dinis, e ao Capitão Mor Francisco Paes Barreto, como o então administrador da mesma Igreja. Devia, portanto, 2 contos e 800 mil réis, ainda não pagos em 1821<sup>17</sup>.

O Coronel Suassuna e seus filhos (Francisco de Paula, Antonio Francisco, José Francisco, Luiz Francisco, Manoel Francisco e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque) carregavam essas perdas monetárias, e mais outras, adentrando os anos de 1817. Talvez, por isso, pensemos que as revoltas estavam, também, ligadas ao processo de perdas de bens. Em 1818, Amaro Bernardo da Gama, pai do Visconde de Goiana, Bernardo José da Gama, reclamava que – dentro do processo do inventário de D. Maria Rita de

Albuquerque e Mello – os partidores não subdividissem os escravos penhorados. O motivo: o suplicante era credor de vinte mil cruzados, de uma dívida contraída em 1806, donde haviam – Francisco de Paula e D. Maria Rita - hipotecado todos os seus escravos. E dizia: “o ex-Capitão Mor hoje preso na Cidade da Bahia em qualidade de revolucionário é tão pobre que os bens sendo duplicados não chegarão para solver os seus débitos<sup>18</sup>.” Ou seja: havia uma severa crise no casal Cavalcanti.

No final das contas, Francisco de Paula (Coronel Suassuna), Francisco de Paula (o filho) e José Francisco (filho do Coronel) além do irmão Luiz Francisco, não calcularam bem as perdas que a revolta de 1817 poderia trazer. Ademais, perdiam a vida de José Francisco, o filho, em campo de batalha. O Fisco Real levava para leilão parte dos bens da família. Safras do engenho Suassuna, gados, lavouras, móveis, vidros, bacias, guarda-roupas, relógios, objetos litúrgicos eram perdidos. No entanto, alguns bens, conseguiam ser havidos por Guilherme Patrício Cavalcanti Bezerra, que ficava com um retrato de José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (irmão do Coronel Suassuna), 80 livros velhos, 19 vacas de leite, 42 ovelhas grandes e 5 pequenas, 3 anos da renda do Engenho Suassuna, com fábricas de gado e escravos<sup>19</sup>.

Era Guilherme Patrício Bezerra o marido de Dona Francisca Maria Joaquina Cavalcanti de Albuquerque, filha natural do Coronel Suassuna<sup>20</sup>. Parece que ele tinha função privilegiada nos negócios dos Cavalcanti de Albuquerque. No caso da doação de Pantorra, ele já aparece assinando documentos. Em 1806, ele se torna Ajudante do Número das Ordenanças da Cidade de Olinda, onde era Capitão Mor Francisco de Paula<sup>21</sup>. Dentro dos inventários de Dona Maria Rita de Albuquerque e Mello e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, é ele quem paga a maior parte das dívidas com as custas das documentações. Inclusive, ele será um dos inventariantes do Coronel Suassuna e o inventariante de Dona Maria Rita. No entanto, pela década de 1840, vai ser ele o Tabelião público do Judicial e Notas na Cidade do Recife<sup>22</sup>, além de Prior da Venerável Ordem Terceira do Carmo<sup>23</sup>. Pelo menos nas eleições que deram-se em 1844, ele aparecia como candidato do Partido da Ordem para eleitores, ligado à Freguesia de Santo Antonio<sup>24</sup>. Dessa forma, percebemos que ele não era apenas aquele que fazia a ligação entre os bens dos mortos e as dívidas dos vivos, na família. Se os irmãos da esposa ficariam senadores, deputados gerais e provinciais, ele seria o homem do cartório. Se era necessário abraçar todos os espaços demarcados pelo poder, Guilherme Patrício teve a sua parte nisso. Mas, parece que toda a ajuda dada por Guilherme Patrício à família, quando de seus problemas, não fora muito. Aos 21 de setembro de 1861, o “Diário de Pernambuco”

noticiava que se havia de arrematar, por última praça, um terreno e benfeitorias no lugar do Remédio, penhorado à viúva e herdeiros de Guilherme Patrício. A execução vinha por parte do Sr. Visconde de Suassuna: o Francisco de Paula, filho<sup>25</sup>.

Em 1821, os dois Francisco de Paula eram libertos dos cárceres da Bahia. Logo depois disso, chegando ao Recife, morrera o pai. Da feita do inventário, sobrava para dividir entre os filhos 4 contos 165 mil 832 réis, que ficariam, cada um, com 833 mil 166 réis: não era lá uma imensa fortuna<sup>26</sup>.

Os filhos mais novos do Coronel Suassuna, Manoel Francisco e Pedro Francisco, sofriam isso tudo ainda na infância. Viram sua mãe falecer em 1814, a morte do irmão José, aliado às prisões do pai e do irmão Francisco de Paula. Talvez, por isso, os rios que os levaram a navegar pela vida de homens adultos os fizessem ser diferentes. Louis-Léger Vauthier conhecera Pedro Francisco na década de 1840. O descrevera, em sua veste, com “um uniforme estranho, grande sobrecasaca de seda preta” além de “um manto também de seda preta”. E concluía: “Nunca vi figura tão patibular. Daria um excelente Inquisidor-mor<sup>27</sup>.” Já mais velho, em 1866, sendo Visconde de Camaragibe, colocava-se para o amigo José Thomaz Nabuco de Araújo como “velho e rabugento<sup>28</sup>”. A psicologia poderia explicar melhor do que nós – em sua função – toda essa antipatia que se abateria no futuro Visconde de Camaragibe. Ainda mais: não eram apenas essas perdas. O irmão Luiz Francisco estava em Lisboa, estudando. Antonio Francisco, que ficaria parlamentarmente conhecido por Hollanda Cavalcanti, também estava ausente. As crianças ficavam sem família.

Havia, pois, um caos familiar. Antes da revolta de 1817 ser inflamada, Hollanda Cavalcanti partira para África. Era, ele, segundo tenente da Companhia de Artilharia a cavalo da Capitania de Pernambuco. Todavia, aos 30 de agosto de 1816, tornava-se ajudante de ordens do seu tio José Francisco, nomeado Governador e Capitão General de Moçambique<sup>29</sup>. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque – mais tarde Visconde de Albuquerque – não alcançaria, em África, glórias militares. Ao sair de junto da família e zarpar para Moçambique, deveria ter algum objetivo maior, talvez, até, conseguir algum dinheiro com o comércio de carne humana. O próprio Hollanda Cavalcanti, em 1846, discursando na Câmara dos Deputados, dissera que “eu mesmo já negocieei com escravos<sup>30</sup>”. Colocava que como seu emprego em África não o havia dado fortuna, “comprei alguns escravos e os trouxe para o Rio: comprei-os na melhor boa fé, como qualquer homem trata o mais licitamente que se pode fazer<sup>31</sup>.” Tal fala confirma uma informação dada por Antonio José de Lima Leitão, que o escrevera de Moçambique aos 5 de janeiro de 1820, enviando a

missiva para Macau. Ao ser acusado de revolucionário junto ao tio José Francisco, de Hollanda, Leitão pedia uma defesa junto ao Rei e que “dou a V.S por esta minha carta todos os poderes de se concertar com o nosso amigo Manoel Joaquim da Silva Porto para tudo que julgarem dever convir-me, e para dele receber, sendo-lhe preciso, parte, ou todo o produto da minha metade dos negros que vivos chegarem<sup>32</sup>.” Com isso, percebemos que Hollanda Cavalcanti comerciara, também, em África, além de ministrar aulas de Matemática e servir como militar.

É interessante perceber, nesse momento, o que dissera José Capela. Segundo o autor, “as instruções para vedar o tráfico a estrangeiros chegaram a Moçambique em finais de 1816, advertindo o governador por não estar a dar cumprimento à convenção de Viena<sup>33</sup>.” Ou seja, as portas estavam facilitadas a Hollanda Cavalcanti meter-se no comércio de escravos. Capela ainda dissera que o governador opinava que “os habitantes não podiam dispensar esse negócio<sup>34</sup>.” Mas, não deveria ser apenas os habitantes. Os funcionários e o próprio governador, o tio de Hollanda, também deveriam estar metidos em tais negociações.

Mas, se o governo português começava a cobrar ações quanto ao fim desse comércio, Hollanda Cavalcanti se estabeleceria como lente de matemática em Macau. O que não seria de estranhar. Ainda é com Capela que ficamos: “É claro que o grande aumento da exportação de escravos provocou aumento proporcional das importações quer da Ásia quer da Europa e do Brasil<sup>35</sup>.” Hollanda Cavalcanti, com toda essa facilidade, partia, agora, possivelmente, para o comércio em Macau.

Talvez, o que fizera esse filho do Coronel Suassuna cruzar o Atlântico, fosse, mesmo, o comércio de escravos: era uma boa forma de ganhar algum dinheiro para si e para a família em situação de dificuldades. Seguindo esses passos de Hollanda Cavalcanti fora do Brasil, podemos perceber que não havia ingenuidade nas suas rotas. Obrava o comércio entre África e Ásia, talvez como possível interlocutor entre receptadores de mercadorias orientais e distribuidores de cativos. Pelo menos, por volta de 1820, como nos mostrara a carta de Leitão, Hollanda Cavalcanti conhecia os trâmites da venda e recepção de negros.

Em 1823, Hollanda Cavalcanti, com 29 anos, está residente em Portugal, à rua Auria. Volta ao Brasil com um “preto seu escravo<sup>36</sup>”, já no Império do Brasil, sob Pedro I. Lutara contra a Confederação do Equador, junto ao Morgado do Cabo. Marcus Carvalho coloca que foram recompensados os Cavalcanti com o apoio real nas eleições que aconteceram, mais tarde, à Câmara<sup>37</sup>.

No entanto, desde 1820, Luiz Francisco, formado Bacharel em Leis, que estivera residente, em Portugal, no Cais do Sodré, número 4, voltava da Europa, aos 21 anos. Logo se integrara aos processos políticos aos quais passava Pernambuco. Quando da “Junta de Goiana”, em outubro de 1821, Luiz Francisco estava lá. Não era a memória, tão próxima, da prisão do seu pai que o intimidaria pela busca do poder e das relações do mesmo<sup>38</sup>.

Os irmãos Cavalcanti iam conquistando seus espaços frente ao grupo que governaria Pernambuco até a retirada de D. Pedro I, em 1831. Durante todo o Primeiro Reinado, Luiz e Hollanda Cavalcanti defenderiam seus interesses pessoais na Corte, com bastante autonomia. Localmente, o domínio ficava entregue nas mãos de Francisco de Paula, o mais velho. Depois da revolta de 1824, tornou-se, como dissera Carvalho, “uma espécie de vice-presidente permanente da Província<sup>39</sup>”, tendo assumido a presidência efetiva pelo menos sete vezes entre 1826 e 1844. Mais tarde, Hollanda Cavalcanti ficaria do lado do Partido Liberal; Francisco e Pedro, do conservador. Assim, sendo qual fosse o ministério, os Cavalcanti estariam no poder<sup>40</sup>.

Como o plano político convergia satisfatoriamente para os Cavalcanti de Albuquerque mais velhos, eles se empenhariam em ganhar cada vez mais espaço nesse terreno: e conseguiram. Ainda instruíram os mais novos, Pedro e Manoel, para esse mundo. Era, a política, o fermento dos bens dos Cavalcanti. Era através dela que reorganizavam suas vidas e construía o poder tão almejado. Mesmo que Cabral de Mello afirme que tanto Francisco de Paula (Visconde de Suassuna) como seu irmão, Pedro Francisco (Visconde de Camaragibe) puderam “dourar seus braços graças ao casamento com netas de mascates<sup>41</sup>” preferimos ficar com a sugestão do articulista do “Diário de Pernambuco”, quando da morte do Visconde de Suassuna, que escrevia aos 29 de janeiro de 1880. Diria que ajudado pelo que pode levar do dote da prima D. Maria Joaquina Cavalcante Salgado – com quem casara em 1819 – conseguira “juntar cabedais, que pouco a pouco foram crescendo, ao ponto de torná-lo um abastado capitalista e um rico agricultor<sup>42</sup>.” Todavia, o mesmo escritor da “Revista Diária” do “Diário de Pernambuco”, indica que, ao afastar-se da política pela década de 1840, os seus engenhos pareciam ir sendo abandonados. Enquanto esteve na política, fez fortuna.

Quanto a Pedro Francisco, casara-se em 1833 com D. Anna Thereza Corrêa de Araújo, “descendente de uma das mais antigas e nobres famílias do Império<sup>43</sup>”. Alguém que assinava apenas M.C, escrevera no “Diário de Pernambuco” que “nascida na grandeza, e havendo-se-lhe dilatado a esfera da fortuna, a Exm. Sr<sup>a</sup> Viscondessa de Camaragibe nunca fez garbo dela<sup>44</sup>.” Mas, “não tendo deixado filhos do seu matrimônio (...) adotou dois inocentes, em

favor dos quais prodigalizava os puros afetos da maternidade<sup>45</sup>.” Talvez essas crianças sejam Manuel Arthur de Hollanda Cavalcanti e Pedro Francisco Corrêa de Araújo. Os dois eram sobrinhos do casal. Manuel Arthur era filho de Hollanda Cavalcanti. Os dois sobrinhos possuíam boas ligações e até certo afeto por parte do sombrio tio Visconde de Camaragibe. Em 1872, o Visconde de Camaragibe escrevia ao seu amigo João Alfredo Corrêa de Oliveira, informando que os dois sobrinhos Pedro e Manuel Arthur partiam para a Europa. Queria mesmo, ele, acompanhá-los, no entanto, seus negócios particulares e a complicada política pernambucana o impediam de seguir. Diria que “me pareceu, que o Arthur seria melhor companheiro para o Pedro doente, não só porque eles vivem na mais perfeita intimidade, como porque está mais prático da vida da Europa<sup>46</sup>.” Além do mais: Manoel Arthur de Hollanda Cavalcanti se formaria na Faculdade de Direito em que seu tio era Diretor. E seguiria os passos do pai e do tio: pela década de 1870, era deputado geral e provincial, por Pernambuco<sup>47</sup>. Infiltrar-se-ia no mesmo círculo de amizade do Visconde de Camaragibe. Freqüentaria festas, ao lado do tio e do colega de deputação João Alfredo Corrêa de Oliveira<sup>48</sup>. Entretanto, não esqueçamos: no meio desse imbróglio familiar, parece, mesmo, que Pedro Francisco teria sua vida toda ligada à revolta de 1817. Sua esposa era filha de Manoel Corrêa de Araújo, que esteve lá no governo provisório<sup>49</sup>, e que, segundo Oliveira Lima, “traíra a causa que nunca de coração abraçou<sup>50</sup>.” Mas, a vida de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque estaria sempre atrelada aos seus cargos públicos: seja como deputado, senador, professor ou diretor da Faculdade de Direito. Devemos lembrar: cargos públicos rendiam salários. Seria um tanto insatisfatório dizermos que a riqueza acumulada por ele advinha, apenas, do casamento. O dote pode ter servido como um ajuntamento inicial. Todavia, o fermento era, realmente, a política.

Ainda na primeira legislatura dos deputados à Assembléia Geral (1826 – 1829), já estavam presentes Hollanda Cavalcanti e Luiz Francisco. Na segunda legislatura (1830 – 1833), os irmãos manter-se-iam no poder. Ao lado deles, subiriam seus primos, Francisco e Sebastião do Rego Barros<sup>51</sup>. Dentre esses pernambucanos, somava-se Pedro de Araújo Lima. Juntos, formavam forte bancada de interesses próprios. Mas, aos 3 de agosto de 1832, subiam, juntos, aos ministérios, Araújo Lima e Hollanda Cavalcanti. O primeiro assumia as pastas da Justiça e Estrangeiros; o segundo, Império e Fazenda<sup>52</sup>. Ao cair tal composição ministerial, o jornal “O Caramuru”, aos 10 de outubro de 1832, os colocava como “os mimosos do povo, os diletos da opinião-pública”, “um ministério de confiança pública” que “vieram calmar as paixões exacerbadas” e “todos viviam contentes<sup>53</sup>.” Se “O Caramuru” os via assim, no sábado

9 de julho de 1831, na primeira página, o “Diário de Pernambuco” apresentava as suas críticas ao domínio Cavalcanti de Albuquerque em Pernambuco: “não queremos sim, que uma família prepondere e domine a nossa província, ou outra qualquer do Brasil, e não é para com isso ganharmos para fins particulares<sup>54</sup>.” Todo o caminho trilhado, até 1835, pelos Cavalcanti, ligados à pessoa de Hollanda Cavalcanti, faziam “O Sete d’Abril” afirmar que “o Sr. Hollanda não há de *cavalcantisar* o Brasil<sup>55</sup>.”

Na ânsia de dominar todos os espaços do poder, os Cavalcanti iam se embrenhando onde conseguiam. Quando se discutiam, em 1826, as aberturas dos cursos jurídicos de Olinda e São Paulo, que iniciavam suas atividades em 1828, Luiz Francisco já queria Pedro Francisco, que voltara de Göttingen, com seu irmão Manuel, “com preferência a qualquer outra pessoa”, como lente de uma das cadeiras de política<sup>56</sup>. O mais novo dos irmãos Cavalcanti viria a assentar-se entre os professores do curso de Olinda na década de 1830<sup>57</sup>.

O cargo colocava o futuro Visconde de Camaragibe como funcionário público. Para Carvalho, tal ocupação era sempre procurada “como fonte estável de rendimentos.” Ainda mais: “o Estado era o principal empregador do tipo de gente que seria normalmente levada a postos políticos<sup>58</sup>.” O emprego público era tão importante na visão de Luiz Francisco, que se preocupava, ainda pelos idos de 1831, que Manuel Francisco “se conserve por hora sem emprego público; a nossa vez nos há de chegar sem fazer para isso muito empenho<sup>59</sup>.” No entanto, a questão conseguia ser maior: sendo professor nas escolas de direito, teria contato com os futuros juristas e políticos. Talvez, por isso, quando o padre Lopes Gama sobe à diretoria do curso jurídico, em 1847, venha a pedir, no ano seguinte, o jubramento do Dr. Pedro Francisco. Alegara os treze anos que não exercia o magistério, pois se tornara senhor de engenho e habitava cinco léguas em distância de Olinda<sup>60</sup>. Lopes Gama vencia no pleito. Todavia, devemos pensar a posição do padre-diretor nesse momento. Segundo Quintas, era ele “um dos mais fortes baluartes da Praia<sup>61</sup>.” A causa do jubramento deve ter sido, mesmo, política. Lopes Gama se fazia adversário político dos Cavalcanti. Perder o cargo de professor era grave derrota.

Mesmo com toda essa distância alegada por Lopes Gama – que talvez fosse mais um artifício de palavras do “padre carapuceiro” – Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque parece ter conseguido respeito e amizade de alguns alunos da academia de Olinda. José Thomaz Nabuco de Araújo se tornaria seu amigo particular. Era aprovado plenamente, em Olinda, no primeiro dia do mês de dezembro de 1833<sup>62</sup>. Passavam por lá, também, Zacarias de Góis e Vasconcellos, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, Nunes

Machado, Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso da Câmara, Sérgio Teixeira de Macedo, Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, Urbano Sabino dentre outros<sup>63</sup>. Dessa forma, se tecia um bom conjunto de conhecidos políticos, mesmo que alguns se tornassem, mais tarde, seus adversários.

Em 1837, Pedro Francisco recebia uma carta significativa do futuro Marquês de Abrantes, Miguel Calmon du Pin. Pedia favor por um aluno da Academia de Olinda, o Sr. José Ignácio Accioli. O ameaçavam com reprovações, o que ficava “roubado às esperanças que tem dado à sua família natural.” Abrantes ainda colocava ser “favor que espero do meu amigo<sup>64</sup>.” Parece que Pedro Francisco atendera a solicitação. Ainda em 1837, José Ignácio Accioli de Vasconcellos se formava<sup>65</sup>. O favor feito deve ter rendido favores a serem pagos. Ainda mais: Accioli de Vasconcellos seguiria a carreira jurídica ocupando importantes cargos no Império do Brasil. Fora desembargador da Relação em Pernambuco, e chegara a ser Ministro do Supremo Tribunal de Justiça<sup>66</sup>. Seu filho, João Zenóbio Accioli de Vasconcellos, natural do Espírito Santo, também estudara na faculdade de direito situada em Pernambuco, pela década de 1860<sup>67</sup>. No final das contas: Accioli Vasconcellos não era nenhum contato desprezível: muito pelo contrário.

Mas, se Pedro Francisco era jubilado em 1848, voltava como diretor entre 1854 e 1876. A diretoria da Faculdade de Direito do Recife o colocava em contato direto com o Ministro do Império. Relatórios de alunos aprovados, matriculados, reprovados eram enviados diretamente ao ministro. Além das faltas dos lentes e funcionários. Deveria ser importante o contato direto com os alunos e funcionários. Um exemplo é a amizade de Pedro Francisco com o Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, bibliotecário da instituição, com várias licenças por estar cumprindo algum mandato de deputado<sup>68</sup>. Manter alguém em cargo de tanta importância por tão longo tempo, fazia parte do jogo político. Ainda em 1872, Camaragibe era consultado sobre um ex-aluno da Faculdade, Marques Santiago, que estava ligado a algumas reprovações, para exercer o cargo de juiz<sup>69</sup>. Não bastava ser, apenas aluno de direito: deveria ser bom aluno. A diretoria da Faculdade também implicava esse tipo de consulta. Com a morte do Visconde de Camaragibe, quem assume a diretoria é o seu amigo João Alfredo Corrêa de Oliveira. Como bem percebera Bevilaqua, “passava, assim, a diretoria da Faculdade de um chefe conservador para outro<sup>70</sup>.”

Não há problema em lembrar que o primeiro diretor do Curso de Olinda fora Pedro de Araújo Lima, mais tarde, Marquês de Olinda. Mesmo que não tenha atuado como tal, pela sua vida política na Corte, a vaga era dele. Ainda é interessante perceber que, como seu sucessor,

tenha assumido o cargo, um médico, Antonio Peregrino Maciel Monteiro, Barão de Itamaracá, em 20 de novembro de 1839<sup>71</sup>, recém saído do ministério em abril de 1839, do próprio Araújo Lima Regente. O cargo era tão político, que Araújo Lima precisava, lá, alguém da sua confiança. E se Maciel Monteiro saía do Ministério, o mantinha em contato direto com ele, Regente. Nesse jogo do poder, era necessário ocupar todos os lugares, inclusive, a diretoria da Faculdade de Direito.

No meio de toda essa trama política, Araújo Lima aliava-se aos Cavalcanti de Albuquerque quando lhe era favorável – “eram aliados, mas cada qual com seu próprio campo de atuação<sup>72</sup>” – e se juntava com o amigo Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, para resolver-se com os primos dele, aqueles Cavalcanti. Se as relações de Araújo Lima já eram tensas com seus aliados mais próximos, com os homens do Rio de Janeiro, “várias vezes entrou em atrito<sup>73</sup>”, por querer mais benefícios das mãos do Imperador. Caminhavam, pelo menos até aí, tão unidos os Rego Barros e Cavalcanti, que “O Sete d’Abril”, em 25 de junho de 1834, colocava que Francisco do Rego Barros pretendia apresentar um projeto dando a seu primo Hollanda Cavalcanti “honras de Ministro da Fazenda vitalício<sup>74</sup>”. Dizia que fazia poucos dias que Rego Barros concebera a ideia. Mas, “pessoas (...) mais conhecedoras da verdade concordam que na *ilustre Família* o Projeto é mais antigo do que a casaca do Sr. L. Cavalcanti<sup>75</sup>.” Era a crítica do jornal de Bernardo Pereira de Vasconcellos aos Cavalcanti – Rego Barros, incluindo, até, Luiz Cavalcanti, o irmão-desembargador-deputado de Hollanda, que logo viria a falecer, em 1838. Em 1837, Hollanda Cavalcanti diria na Câmara dos Deputados: “pequeno jornal Sete de Abril que nunca teve minhas simpatias<sup>76</sup>.” Claro que não teria suas simpatias. Hollanda Cavalcanti, do alto da sua vaidade, jamais aceitaria críticas de jornal algum.

Mas, parece que o que mais envaidecia Hollanda Cavalcanti e seus irmãos, era uma pretensa nobreza, servida de risadas ao “Sete d’Abril”. Ainda em 23 de fevereiro de 1833, o periódico colocava que havia tido uma disputa para saber quem era o mais nobre e fidalgo. Montezuma? Hollanda? Pissaro? Almeida Torres? Depois de muita discussão, teria entrado o Monsenhor Submilher, e alegara a sua antiguidade. Hollanda teria se irritado, mas, o Monsenhor, “pausado, e dando um rizinho amarelo” disse: “Meu amigo, tornou-lhe, não se encrespe, que, quando isso ainda cá se fiava fino, seu avô não pode ser cadete<sup>77</sup>.” Ou seja: tocavam na ferida dos Cavalcanti. Talvez, mesmo, como temos visto, eles nem eram tão ricos e tão nobres assim como se diziam. Eles construíram uma riqueza através da política: isso é inegável.

Dias depois, 26 de abril de 1833, “O Sete d’Abril” vinha com novas investidas contra os Cavalcanti. Dessa vez, a crítica era bem humorada e bastante inteligente, pelo que se percebia nas entrelinhas. Na parte de “anúncios”, dizia-se que “Publicar-se-á na Typographia Nacional uma lista dos descendentes dos Condes da Hollanda até a prole atual do mano Lulu. Esta obra traz no princípio a vera efígie – de S. Chrispim, e S. Chrispiniano<sup>78</sup>.” Ora, remetiam-se, pois, ao passado e presente da família Cavalcanti. Hollanda e Luiz trabalhavam unidos na construção dos ideais próprios de poder. Os unia a fraternidade, a amizade – como os santos Crispim e Crispiniano – e a ambição: coisa, última, que os santos, talvez, não tivessem, mas, os Cavalcanti possuíam de sobra. Se a crítica do dia 23 de fevereiro falava da não-nobreza do avô de Hollanda, mais uma vez, aqui, ela reapareceria. Se a nobreza do Antigo Regime era extirpada pelo trabalho manual, sendo sapateiros os santos irmãos – criticavam a suposta nobreza cavalcantista<sup>79</sup>. Ainda no mesmo ano, o periódico continuava a tecer críticas. Aos 12 de novembro, colocava, sobre Hollanda: “um homem que tanto alardeia a riqueza da sua casa e família<sup>80</sup>.” Mas, ainda aos 23 de julho, dizia, sobre Luiz Francisco e Hollanda: “eles só aspiram o mando, mas um mando que se case com sua miserável aristocracia<sup>81</sup>.” Por 28 de março de 1835, a crítica a uma riqueza tão falada na família Cavalcanti vinha através da poesia. “O Sete d’Abril” colocava que, Hollanda, consultando a sorte, teria tido por resposta: “Ninguém te tem por fidalgo;/ Se tal crês, estás caduco;/ Riem-se todos de ti,/ Chamam-te Antonio maluco<sup>82</sup>.” Mas, não paravam por aí. Aos 4 de abril de 1835, diziam: “O Sr. Hollanda tem muitos parentes, e diz-se que não são estranhos à ambição de mando e as fumaças da fidalguia<sup>83</sup>.” Ou seja: ninguém dava créditos ao passado que os Cavalcanti gostavam de se gabar e inventar. Pode ser, até, que o dito de José Thomaz Nabuco de Araújo, dizendo ser Cavalcanti “uma família numerosa, antiga, rica<sup>84</sup>” seja mais o recurso retórico de um bom advogado, do que a realidade. Todavia, aqueles que deixavam de lado o passado cavalcantista, se incomodavam com a ambição perpétua dos mesmos.

É bem sabido que Hollanda Cavalcanti não possuía os melhores dotes de orador. Pereira da Silva chegou a dizer que provocava “muitas vezes hilaridade com conceitos e opiniões exóticas<sup>85</sup>.” Todavia, parece que o futuro Visconde de Albuquerque se punha em raiva, muitas vezes. Aos 16 de agosto de 1834, “O Sete d’Abril” se reportava a Hollanda como “estado ultimamente *furioso*: seria prudente que o orçamento se não discutisse nas *Phazes da Lua*<sup>86</sup>”. Até hoje, o senso comum coloca que os loucos pioram seus sintomas na lua cheia. Talvez seja a isso que se refira o jornal. Aos 21 de outubro de 1834, o mesmo periódico diria que o deputado Evaristo Ferreira da Veiga pedira que a comissão de saúde

examinasse se Hollanda Cavalcanti “estava no gozo de suas faculdades intelectuais<sup>87</sup>”. Assim, entre os anos de 1834 e 1835, os debates sobre a sanidade mental de Hollanda Cavalcanti seriam frequentes nas páginas de “O Sete d’Abril”.

O Ato Adicional que modificava a Constituição do Império, mandava que, depois de publicada a reforma, deveria proceder-se à eleição dos membros das primeiras Assembléias Legislativas provinciais. Pernambuco não deixaria de escutar os reclames do documento. Aos 26 de fevereiro de 1835, o “Diário de Pernambuco” publicava a lista dos trinta e seis deputados eleitos. Lá estavam Pedro Francisco, Francisco de Paula – mais tarde Visconde de Suassuna - e Luiz Francisco. Portanto, os filhos do Coronel Suassuna ocupariam três cadeiras ainda na primeira legislatura provincial. Luiz Francisco estaria cumprindo mandato, também, à Assembléia Geral, junto com Hollanda e os primos Sebastião do Rego Barros e Francisco do Rego Barros. Manoel Francisco ocuparia vaga na Assembléia Provincial, através da suplência<sup>88</sup>. No mesmo ano, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque disputava a Regência Una com o padre Diogo Antonio Feijó.

Aos 2 de maio de 1835, “O Sete d’Abril”, no meio das contendas eleitorais, colocava que o Dr. Pedro de Araújo Lima, “amigo do Hollanda Cavalcanti”, recebendo cartas das Províncias do Norte percebia “que a opinião se tem declarado a favor do seu amigo, e achando-se *por outra algum tanto surdo tem cedido os votos* no seu amigo Hollanda Cavalcanti pedindo aos seus amigos que votem nele<sup>89</sup>.” Nesse momento, Araújo Lima ainda estaria ao lado dos Cavalcanti, e não seria de estranhar tal atitude. No entanto, parece que o jornal queria chamar atenção para mais uma coisa, quando colocava a palavra “surdo” dentro de uma frase em itálico: a deficiência auditiva do futuro Marquês de Olinda. Lembra Machado de Assis, que o político não era popular, mas “a autoridade deste sabe-se que era grande<sup>90</sup>.” Passa algumas linhas descrevendo a surdez do Marquês, em “O Velho Senado”, que mesmo com a deficiência, respondia “lúcido e completo<sup>91</sup>” os apartes dos adversários. Parece, também, que a amizade entre os dois era sincera, mesmo que se apartassem em diversos momentos, quando lhes era conveniente. Quando da morte de Hollanda Cavalcanti, Sinimbu envia carta ao Marquês de Olinda, aos 14 de abril de 1863. Desculpa-se por não ter comparecido ao enterro, pela constipação que o atingia. Todavia, profere que “tem razão vossa excelência de achar-se entristecido com essa notícia, o País perde na verdade um dos seus mais sãos e distintos servidores<sup>92</sup>.” Se “O Sete d’Abril tanto proclamara a insanidade de Hollanda, Sinimbu dizia exatamente o contrário.

Mesmo com o apoio de Araújo Lima e dos primos, Holanda perdia as eleições para Feijó, no resultado que saía aos 9 de outubro de 1835. Os números foram bastante apertados: Feijó com 2.826 votos e Holanda com 2.251. A pequena diferença de 575 votos na contabilidade geral, levados pelo padre de Itu, mostrava a grande divisão política pela qual passava o Império do Brasil<sup>93</sup>.

Até o ano de 1837, estiveram deputados à Assembléia Geral os irmãos Cavalcanti e Pedro de Araújo Lima. Entretanto, o padre Diogo Feijó não ia se afinando com a Câmara. Revoltas eclodiam pelo Brasil. No início de setembro de 1837, Feijó já pensava na demissão do cargo. Como não se dava, pessoalmente, bem com muita gente, e não queria dar aos seus opositores políticos o agrado de proclamarem que o haviam afugentado da regência, buscava escolher, para seu lugar, alguém que “nunca havia tido atitudes extremadas<sup>94</sup>” contra ele. Encontrou, pois, o recém nomeado Senador por Pernambuco, Pedro de Araújo Lima, deixando, aos 18 de setembro de 1837, a regência nas mãos do pernambucano, que assumia o mais alto grau político do Império: só abaixo do Imperador.

No outro dia, Pedro de Araújo Lima já nomeava novo ministério. Chefiado por Vasconcellos, que acumulava as pastas de Justiça e Império, integravam, também, Calmon du Pin – com a Fazenda – e Rodrigues Torres, com a Marinha. No entanto, Pernambuco ficava representado por duas pastas: Maciel Monteiro assumia os Negócios Estrangeiros e Sebastião do Rego Barros, a Guerra. Em Pernambuco, o irmão desse último, Francisco do Rego Barros, Barão da Boa Vista, assumia a Presidência da Província<sup>95</sup>: as alianças iam sendo tecidas.

Fundava-se com isso o “Regresso”, segundo Basile, o núcleo do futuro Partido Conservador, vinculando, em suas origens, “uma aliança entre grandes produtores de açúcar da província do Rio de Janeiro e do Nordeste, comerciantes de grosso trato, burocratas da Corte e magistrados<sup>96</sup>.” Defendiam a monarquia constitucional centralizada. Não se opunham às reformas, mas pensavam que o Brasil ainda não estava preparado para elas. No final das contas, Araújo Lima, mais tarde, ficava conhecido como o que “simbolizou o respeito e a obediência no poder legal do governo<sup>97</sup>”. Ou seja, era um representante e fundador dessa política.

Com a ascensão de Rego Barros à Província, uma forte coalizão fundava-se em Pernambuco. O Presidente e seus primos Cavalcanti (Holanda Cavalcanti – Visconde de Albuquerque, Francisco de Paula – Visconde de Suassuna, Pedro Francisco – Visconde de Camaragibe), até 1844, tomariam posse dos melhores lugares existentes na Província. Quem quisesse qualquer cargo político em Pernambuco, teria de ser um aliado Cavalcanti/Rego

Barros. O que vai se percebendo, pois, é que a aliança se dava entre Rego Barros e Araújo Lima: os Cavalcanti eram aliados de situação.

Até então, Araújo Lima era Regente Interino. Aos 22 de abril de 1838, dava-se a eleição. Nesse pleito, Pernambuco se dividira politicamente. Tanto Hollanda Cavalcanti quanto o futuro Marquês de Olinda eram candidatos. No dia 6 de outubro, confirmava-se o regente interino como permanente, por 4 anos, com a maioria de 4.308 votos. Hollanda Cavalcanti ficava em segundo, com 1981<sup>98</sup>. Assim, quando as forças de Pernambuco se dividiam, se tornara mais perceptível que as alianças davam-se de forma pessoal e não perene: faziam-se e desfaziam-se ao sabor dos interesses. Percebemos três grupos distintos trabalhando paralelamente, que se unem nos períodos de necessidade: Araújo Lima, Rego Barros e os Cavalcanti, donde cada um possui ambições próprias. Mas, mesmo assim, ainda era Rego Barros o representante da política de Araújo Lima em Pernambuco, segundo Corrêa de Oliveira<sup>99</sup>.

Araújo Lima vencida as eleições e permanecia tudo do mesmo jeito em Pernambuco. E ainda mais: Marcus Carvalho percebe que entre os anos de 1837 e 1839, o tráfico de africanos volta a crescer na Província<sup>100</sup>. Não só o tráfico, mas “o furto de escravos assumia proporções alarmantes. (...) Significativamente, nestes crimes viram-se envolvidos membros das famílias mais importantes da província<sup>101</sup>”, incluindo um irmão de Boa Vista. Corrêa de Oliveira diz que “lhe doía ver em sua honrada administração valhacoitos de ladrões, assassinos e traficantes de africanos<sup>102</sup>.” Marcus Carvalho ainda ensina que esses crimes eram “encobertos pelos conservadores devido ao monopólio que exerciam sobre os cargos policiais da província<sup>103</sup>.” E bem sabemos: Boa Vista não era tão inocente, como apresenta Correa de Oliveira.

Talvez esses crimes fossem, mesmo, arranjos políticos bem feitos. Até agora, não é bem esclarecida a relação do Marquês de Olinda com o tráfico de africanos. Ainda mais problemática se torna a questão, quando em 1852, o Marquês é convidado para a presidência de honra do “Institut d’Affrique”, de Paris, que confia em seus sentimentos e luzes, para a obra cristã da abolição do tráfico e da escravidão<sup>104</sup>. Todavia, esse mesmo homem que era criticado por “uma certa timidez, um certo acanhamento e frouxidão<sup>105</sup>” na imprensa e, em carta anônima, “como tenho conhecido o caráter de Vossa Excelência, e visto que é pior do que o do pior negro ganhador<sup>106</sup>”, no meio das confusões parlamentares sobre o fim da escravidão, em 1869, sendo herdeiro da sua irmã, D. Maria dos Anjos Porciúncula Cavalcante, alforriava todos os escravos do Engenho Antas. E ainda perdoava-lhes a

obrigação, em que estavam em testamento, de pagar certa quantia pela carta de liberdade<sup>107</sup>. Era uma jogada de político velho: para amenizar as vozes que gritavam no Parlamento contra sua pessoa, fazia uma ação de caridade: que estava mais para criativa que caritativa.

Os anos de 1840 são fundamentais para compreendermos os jogos políticos do Marquês de Olinda com os Cavalcanti. Nem todos iam se agradando das posturas do Regente. Mas, como percebera Daniel Kidder “Lima, em desespero de causa, agarrava-se com todas as forças ao poder que lentamente lhe escapava das mãos<sup>108</sup>.” Em Pernambuco, Rego Barros seguia-lhe fiel. Os irmãos Hollanda Cavalcanti e Francisco de Paula – que haviam ascendido ao Senado pelas mãos de Araújo Lima - é que estavam no grupo que o derrubara da Regência, em 1840. Esfacelada a aliança, os Rego Barros – Cavalcanti perdiam espaço na política, mesmo que, em 1842, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo escrevesse a Pedro de Araújo Lima dizendo que em Pernambuco “as autoridades são obedecidas e respeitadas” além de que “as medidas em geral do Governo tem sido aprovadas.” Diria mais: “E por aqui poderá ver Vossa Excelência, que não passavam de vãs fumaças as promessas de oposição, que aí se dizia sofrerá o Barão da Boa Vista na sua segunda administração<sup>109</sup>.” Mas, não era bem assim. Alguém que escrevia com o nome “O Miguel”, dois anos depois, em 1844, observava a situação, e dizia a Hollanda Cavalcanti:

Vou com fundada esperança de que o mal que hoje sofre Pernambuco há de produzir o bem de reunir todos os membros da tua família, e por termo ao fracionamento que existia: com efeito, se o não fizerem, serão altamente imbecis, altamente criminosos<sup>110</sup>.

No mesmo ano, os praieiros, adversários políticos dos guabirus (como eram chamados os Rego Barros – Cavalcanti), se alocavam no governo de Pernambuco. Mas, como todo bicho esperto, os guabirus espreitavam o momento certo para saírem das tocas. Assim, derrubavam os praieiros em 1848, com os arranjos do “chefe mais graduado do guabirus<sup>111</sup>”: Pedro de Araújo Lima, montando o gabinete de 29 de setembro daquele ano.

Quando Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Albuquerque, morria, aos 14 de abril de 1863, depois de ter sido juiz de paz, deputado geral, senador, ministro do Império do Brasil, o “Diário de Pernambuco” afirmava, aos 18 de maio de 1863, que “o Sr. Visconde de Albuquerque não deixava, segundo nos consta, fortuna a seus filhos<sup>112</sup>.” Se foi assim, todo aquele seu palavreado quanto à riqueza de sua família, combatido pelo “Sete d’Abril” estava certo. No entanto, o colunista da “Revista Diária”, do periódico pernambucano, poderia estar, simplesmente, querendo elogiar alguma qualidade que fosse, talvez, a honestidade. Pouco tempo depois, o filho de Hollanda, Manoel Arthur de

Hollanda Cavalcanti, em janeiro de 1869, já aparecia como deputado a Assembléia Provincial<sup>113</sup>. Aos 7 de dezembro de 1876, a Câmara Municipal do Recife apurava os votos e expedia os diplomas de deputado geral para Manoel Arthur, Pinto de Campos, Augusto de Oliveira, dentre outros.<sup>114</sup> O círculo de amizade política de Arthur será exatamente o mesmo do seu tio Visconde de Camaragibe. Até a excursão à Itália fora feita no mesmo ano por Arthur e João Alfredo Correa de Oliveira<sup>115</sup>.

Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque falecia em dezembro de 1875, em seu Engenho Camaragibe. O Visconde passava mais tempo em Pernambuco que no Senado, ao qual ascenderia em 1869. Mesmo que se afastasse dos problemas na Corte, não se distanciava da política ou dos negócios. Seu inventário revela algumas aplicações que fazia em ações de companhias importantes em Pernambuco, como o Banco do Brasil, Companhia Pernambucana, Companhia de Beberibe, além de ações e apólices. Como dívida, deixava apenas os ordenados a serem pagos aos administradores e empregados dos engenhos, a conta do funeral e uma dívida com Antônio da Rocha Lins<sup>116</sup>. Assim, falecia com uma considerável fortuna e um considerável respeito político. Deve ter atingido esse ápice econômico com os dias imersos na política. Permanecia em seus caminhos, colhendo dela todos os benefícios possíveis.

Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o filho homônimo do Coronel Suassuna, Visconde de Suassuna, sofrera todos os problemas da revolta de 1817 junto com o pai. Pensava o poder. Liberdade como poder. Parece que os antigos planos manejados pela família, tinham dado certo. Morria em 1880, aos 28 de janeiro, com 87 anos. Enterrara todos os seus irmãos, menos Manuel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Barão de Muribeca, que seguia a vida política ocupando cargos na província. O redator da “Revista Diária”, do “Diário de Pernambuco”, nos deixa pistas sobre a trajetória econômica, aliada à política, do Visconde de Suassuna. Observava toda aquela vida já findada, num necrológio, datado de 29 de janeiro de 1880. Se percebia que o ponto de partida das finanças do finado era o dote de sua esposa, logo notava que o prestígio decrescia com o afastamento da política. Dizia: “pouco a pouco se foi retirando da vida ativa de sorte que, já nas perturbações de 1848 – 1849, tinha decrescido o seu prestígio ao ponto de lhe haver escapado das mãos o bastão de chefe do partido conservador<sup>117</sup>.” Já não ia mais ao Senado fazia alguns anos. Afastara-se da vida pública.

Nas sessões de 1846, na Assembléia Provincial, nem Francisco de Paula e nem Pedro Francisco apareceriam em muitas sessões. Talvez, por aquela casa estar de maioria de

opositores a eles. Discutia-se, aos 16 de março de 1846, o regulamento que isentava o Barão de Suassuna (Francisco de Paula), seus escravos, criados, carros e animais de pagarem a taxa da barreira na ponte do Socorro, em atenção a alguns reparos e consertos que fizera na estrada ao sul da mesma ponte. Villela Tavares colocava que “a Província de Pernambuco, não obstante as calamidades que tem sofrido, todavia ainda tem dinheiro para pagar essa dívida; não está em estado de pedir esmolas<sup>118</sup>.” O prestígio de Suassuna, realmente, estava defasado. O que se cobrava era que ele pagasse a tal taxa discutida. Netto colocava que estava naquela casa para “rever seus atos [da assembléia passada] e reformar os que forem prejudiciais à Província<sup>119</sup>” E refletia: “para que, pois, a Assembléia, estabelecendo um privilégio inconstitucional e odioso, mandou que, em atenção a esses consertos, ficassem isentos da taxa da ponte do Socorro o nobre Barão, seus cavalos, carros, criados e escravos<sup>120</sup>?” Netto colocava ainda mais: privilégio ilegítimo, “tributo de lisonja e servilismo.<sup>121</sup>” Sabia o deputado que o Engenho Suassuna ficava próximo a essas paragens. Acreditava que os reparos tinham lugar nas terras desse engenho. Mendes Cunha vinha em defesa de Suassuna: o privilégio havia sido dado com o propósito de fazer um mal. Queriam dar à estrada, de propriedade de Francisco de Paula, o caráter de pública, excluindo a ideia de que o patrimônio seria seu. “A estrada é feita em terras do seu engenho, foi feita por seu pai, e ele, como herdeiro, tem o mesmo direito a ela, prescindindo mesmo de reparos, e outras muitas obras que nela tem feito com o seu dinheiro<sup>122</sup>, ” disse o defensor. E mais diria: ele conserva o direito, que já tinha de não pagar; porque é coisa nova e monstruosa em direito, que alguém seja obrigado a pagar para passar pelas suas terras<sup>123</sup>.” Estando certos Mendes Cunha e Suassuna, ou Netto, o artigo era aprovado. Ficava Suassuna tendo de pagar a taxa para passar na ponte do Socorro.

Ainda em 1844, no dia 30 de outubro, o “Diário Novo” colocava que no dia 25 corrente, ausentaram-se do Engenho Suassuna seis engajados advindos da Ilha de São Miguel. Seus contratos eram de 4 anos<sup>124</sup>. Em 20 de janeiro do outro ano, o fato se repetia. Dessa vez, fugiam do Engenho Suassuna 17 engajados chegados da Ilha de São Miguel, dos quais já haviam sido achados nove e faltavam 8. Teriam vindo no patacho Alberto, o mesmo que viajaram os de 1844, contratados, também, por 4 anos. Talvez, tenham vindo, até juntos, na mesma viagem<sup>125</sup>. Se fugiam os engajados, os escravos também o faziam. Pelo menos em outubro de 1864, alguns cativos do Visconde de Suassuna eram indiciados por crime de roubo<sup>126</sup>. Suassuna tinha fama de um senhor ruim. Segundo Gilberto Freyre, ele próprio castigava os escravos da sua residência do Pombal. Na memória dos mais idosos recifenses,

ficara a assombração do fantasma velho e muito branco, pedindo missas, vagando pela atual Avenida Visconde de Suassuna<sup>127</sup>. Se hoje se foge do fantasma, no passado, fugiu-se do real chicote do Visconde.

Enquanto afastava-se da política, o Visconde de Suassuna ia acumulando dívidas. Em 1865, Monteiro, Lopes e Cia, comerciante no Recife, abria processo contra Suassuna no Juízo Especial do Comércio. Contava-se uma assinação de 10 dias, da dívida de 7 de abril de 1862, com juros de 2% ao mês. A importância da letra estava em 372 mil 260 réis. Suassuna não alegava defesa e era condenado ao pagamento<sup>128</sup>. Em 1879, Joaquim Ignácio Ribeiro abria um processo de execução contra o Visconde de Suassuna no Juízo Especial do Comércio. A dívida implicava em 2 contos 464 mil e 500 réis. Como Suassuna não pagara, abria-se o termo de penhora. Aos 30 de abril de 1879, no Sítio do Pombal, apreenderam o “escravo de cor preta de nome Gonsallo”. No mesmo dia, à Rua do Imperador, penhoravam o escravo Manoel. Iam buscar na casa de detenção a escrava preta Maria. Ainda levariam outros bens do Visconde<sup>129</sup>.

O “Diário de Pernambuco”, aos 6 de fevereiro de 1880, depois da morte do Visconde de Suassuna, publicava a relação dos devedores da décima da freguesia dos Afogados, do exercício de 1877 a 1878, que não pagaram no devido tempo, e que vai para juízo. Devia o Visconde de Suassuna 27\$000<sup>130</sup>.

O inventário do Visconde de Suassuna revela que ele não teria morrido deixando enorme fortuna. Além dessas dívidas aqui enumeradas, outras tantas apareciam dos dois imensos tomos do seu inventário. Até 7 contos de réis eram devidos por fornecimento de medicamento. Um conto 391 mil réis e juros da letra de 1 conto de réis, eram devidos pelo não pagamento de carne verde. Com tanta coisa a se resolver, o inventário do Visconde de Suassuna só findava pelo primeiro quartel do século XX<sup>131</sup>.

Desde fins do século XVIII, os Cavalcanti de Albuquerque buscaram poder. Confundiram-no com a palavra liberdade. Se não conseguiam nobreza, e o dinheiro não era muito, brigavam em 1817 contra a Coroa. Com os dias do Brasil Império, conseguiriam alcançar altos na política: projeto que daria certo. Foi através dela que conseguiram erguer um certo prestígio e alcançar uma boa vida monetária. No entanto, como aqui demonstrado, o ato de afastar-se da política fazia alguns ficarem endividados, como o Visconde de Suassuna. As suas fortunas estariam ligadas diretamente aos seus destinos. A riqueza viria da política. As dívidas, do afastamento dela. Só mantinham-se firmes financeiramente, quando estavam

ocupando seus cargos políticos. As dívidas os lançavam à política. A política, a fortuna. A política, o destino.

## Notas

---

\* Doutorando do PPGH da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>1</sup> A comparação entre os dois nomes do mesmo cativo pode ser feita partindo dos inventários de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello (INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO – IAHGP, Caixa 5, 669, 1817) e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (IAHGP – Caixa 023, TJR1, 1821), senhores do Engenho Suassuna.

<sup>2</sup> MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. fac-simile. Recife: Typ. De F. C. de Lemos e Silva, 1853, p. 15.

<sup>3</sup> CARVALHO, Marcus J.M. de. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817 – 1824). In: JANCSÓ, Istvan. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 910.

<sup>4</sup> TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais* tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. 2ª edição. Recife: EDUPE, 2011, p. 170.

<sup>5</sup> Documentos sobre a Revolução Pernambucana de 1817. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Tomo XXIX, parte primeira, p. 210, 1866.

<sup>6</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 502.

<sup>7</sup> HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 52.

<sup>8</sup> Ministério da Educação e Cultura. *Documentos históricos – Devassa de 1801 em Pernambuco*. Volume CX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, pp. 20 e 24.

<sup>9</sup> Idem, p. 130.

<sup>10</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 234, D.15829.

<sup>11</sup> MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. fac-simile. Recife: Typ. De F. C. de Lemos e Silva, 1853, p. 12.

<sup>12</sup> Ministério da Educação e Cultura. *Documentos históricos – Devassa de 1801 em Pernambuco*. Volume CX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, p. 140.

<sup>13</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 115, D. 8835.

<sup>14</sup> IAHGP – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque - Caixa 023, TJR1, 1821, pp. 51 v e 52 v.

<sup>15</sup> Idem, p. 46.

<sup>16</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 223, D. 15118.

<sup>17</sup> IAHGP – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque - Caixa 023, TJR1, 1821, sem indicação das páginas.

<sup>18</sup> IAHGP – Inventário de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello - Caixa 5, 669, 1817, p. 17.

<sup>19</sup> IAHGP – Inventário de D. Maria Rita de Albuquerque e Mello - Caixa 5, 669, 1817, pp. 39 v. – 44.

<sup>20</sup> IAHGP – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque - Caixa 023, TJR1, 1821, sem indicação das páginas.

<sup>21</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 262, D.17547.

<sup>22</sup> HEMERORETA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 16 de julho de 1840.

<sup>23</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 7 de abril de 1841.

<sup>24</sup> CEPE, *O Guararapes*, 21 de setembro de 1844.

<sup>25</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 21 de setembro de 1861.

<sup>26</sup> IAHGP – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque - Caixa 023, TJR1, 1821, p. 94.

<sup>27</sup> VAUTHIER, Louis – Léger. Diário pessoal. In: PONCIONI, Claudia. *Pontes e ideias – Louis-Léger Vauthier um engenheiro fourierista no Brasil*. Recife: CEPE, 2010, p. 161.

<sup>28</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – IHGB – Carta do Visconde de Camaragibe a Nabuco de Araújo. 22 de janeiro de 1866. DL. 362.12.

- <sup>29</sup> ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO – APEJE – MINISTÉRIO DA MARINHA – MM3. 1816 – 1824.
- <sup>30</sup> Câmara dos Senhores Deputados. Sessão em 25 de junho de 1846. p. 455. Acessado em: [imagem.camara.gov.br/dc\\_20b.asp?se/CodColecaoCsv=A&DataIn=25/6/1846](http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?se/CodColecaoCsv=A&DataIn=25/6/1846), aos 16 de novembro de 2013.
- <sup>31</sup> Idem.
- <sup>32</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – *Carta de Antonio José de Lima Leitão para Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque*, Moçambique, 5 de janeiro de 1820.
- <sup>33</sup> CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 83.
- <sup>34</sup> Idem.
- <sup>35</sup> Idem.
- <sup>36</sup> AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 228, D.19827.
- <sup>37</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade – Rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822 – 1850*. Recife: UFPE, 2002, P. 49.
- <sup>38</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: *Revista Brasileira de História*, volume. 18, nº36, p. 341.
- <sup>39</sup> Idem, pp. 343 – 344.
- <sup>40</sup> Idem.
- <sup>41</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso – ensaio de história regional*. São Paulo: SENAC, 2001, p. 67.
- <sup>42</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 29 de janeiro de 1880.
- <sup>43</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 16 de setembro de 1863.
- <sup>44</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 23 de setembro de 1862.
- <sup>45</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 23 de setembro de 1862.
- <sup>46</sup> APEJE – Coleção Pedro Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque – nº 06 - *Carta do Visconde de Camaragibe para o Dr. João Alfredo*. Camaragibe, 28 de fevereiro de 1872.
- <sup>47</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 11 de dezembro de 1872.
- <sup>48</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 24 de novembro de 1874.
- <sup>49</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 23 de setembro de 1862.
- <sup>50</sup> LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 516.
- <sup>51</sup> *Organizações e programas ministeriais – Regime Parlamentar no Império*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979, pp. 280 e 285.
- <sup>52</sup> Idem, p. 43.
- <sup>53</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Caramuru*, 10 de outubro de 1832.
- <sup>54</sup> APEJE, *Diário de Pernambuco*, 9 de julho de 1831.
- <sup>55</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 28 de março de 1835. A palavra “cavalcantisar” está em itálico, no original.
- <sup>56</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1826: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.
- <sup>57</sup> BEVILÁQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: EdUFPE, 2012, p. 48.
- <sup>58</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 99.
- <sup>59</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Rio de Janeiro, 08 de julho de 1831: carta de Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.
- <sup>60</sup> BEVILÁQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: EdUFPE, 2012, p. 92.
- <sup>61</sup> QUINTAS, Amaro. O padre Lopes Gama – Um analista político do século passado. In: *Amaro Quintas – o historiador da liberdade*. Recife: CEPE, p. 385.
- <sup>62</sup> ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE (AFDR) – Livro nº 538 – Registro dos diplomas de bacharel expedidos pela Academia Jurídica de Olinda (1832 – 1848), folha 105 v.
- <sup>63</sup> BEVILÁQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: EdUFPE, 2012.
- <sup>64</sup> IAHGP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Bahia, 02 de abril de 1837: carta de Miguel Calmon du Pin para Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.
- <sup>65</sup> MARTINS, Henrique. *Lista Geral dos bacharéis e doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931*. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1931, p. 91.
- <sup>66</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Publicador Maranhense*, 19 de novembro de 1878.
- <sup>67</sup> AFDR, Livro nº 55 – Encerramento de matrículas do 1º ano (1866 – 1889), folha 07.

- <sup>68</sup> No Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, encontram-se cópias datilografadas dos mais variados documentos relativos às faltas dos funcionários, e aprovação ou reprovação dos alunos, datadas do ano de 1925, de acordo com os originais da sala de consulta do Arquivo Nacional. Da mesma forma, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano abriga as mais diversas cartas originais, em duas caixas, expedidas e recebidas pelo Visconde de Camaragibe. Desde as datadas da década de 1850 até as da década de 1870, grande parte é redigida pelo Monsenhor Pinto de Campos.
- <sup>69</sup> APEJE – Coleção Pedro Francisco de Paula Cavalcanti d’Albuquerque – nº 05 - *Carta do Visconde de Camaragibe para o Dr. João Alfredo*. Recife, 11 de maio de 1872.
- <sup>70</sup> BEVILÁQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: EdUFPE, 2012, p. 217.
- <sup>71</sup> Idem, p. 112.
- <sup>72</sup> CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções – Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 365.
- <sup>73</sup> Idem.
- <sup>74</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 25 de junho de 1834.
- <sup>75</sup> Idem. “Ilustre Família” em itálico, no original.
- <sup>76</sup> *Annaes o Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Quarto anno da terceira legislatura. Sessão em 1837. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filho, 1887, p. 273.
- <sup>77</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 23 de fevereiro de 1833.
- <sup>78</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 26 de fevereiro de 1833.
- <sup>79</sup> JOÃO PAULO II. *Discorso di Giovanni Paolo II ad un gruppo di calzaturieri di Vigevano*. 1º de abril de 1989. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1989/april/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19890401\\_calzaturieri-vigevano.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1989/april/documents/hf_jp-ii_spe_19890401_calzaturieri-vigevano.html)
- <sup>80</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 12 de novembro de 1833
- <sup>81</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 23 de julho de 1833
- <sup>82</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 28 de março de 1835.
- <sup>83</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 4 de abril de 1835.
- <sup>84</sup> ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Fac-simile. Pernambuco: Typographia União, 1847, p. 4.
- <sup>85</sup> SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 159.
- <sup>86</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 16 de agosto de 1834. As palavras são mantidas em itálico como no original.
- <sup>87</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 21 de outubro de 1834.
- <sup>88</sup> CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado – trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)*. Recife: EdUFPE, 2013, pp. 122 – 123.
- <sup>89</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *O Sete d’Abril*, 2 de maio de 1835.
- <sup>90</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O velho senado*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 41.
- <sup>91</sup> Idem, p. 42.
- <sup>92</sup> IHGB – Lata 213, Doc. 38.
- <sup>93</sup> CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado – trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844)*. Recife: EdUFPE, 2013, p. 130.
- <sup>94</sup> Idem, p. 110.
- <sup>95</sup> Idem, 111.
- <sup>96</sup> BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 91.
- <sup>97</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Segundo volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, p.169. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01064420#page/1/mode/1up>. Acesso em 18 de maio de 2013.
- <sup>98</sup> CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque*. (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013, p. 128.
- <sup>99</sup> OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. *Minha Meninice & outros ensaios*. Recife: Massangana, 1988, p. 76.
- <sup>100</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. O “cálculo dos traficantes”: o tráfico Atlântico de escravos para Pernambuco (1831 – 1850). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 158, Nº 396, p. 918, Julho/Setembro de 1997.
- <sup>101</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. “Quem furta mais e esconde”: o roubo de escravos em Pernambuco, 1832 – 1855. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 150, Nº 363, p. 320, abril/junho de 1989.
- <sup>102</sup> OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. *Minha Meninice & outros ensaios*. Recife: Massangana, 1988, p. 76.

- <sup>103</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. “Quem furta mais e esconde: o roubo de escravos em Pernambuco, 1832 – 1855. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 150, Nº 363, p. 321, abril/junho de 1989.
- <sup>104</sup> IHGB - Lata 215, Documento 24.
- <sup>105</sup> LAPEH, *Diário de Pernambuco*, 19 de abril de 1838.
- <sup>106</sup> IHGB - Lata 214, Documento 48.
- <sup>107</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 23 de novembro de 1869.
- <sup>108</sup> KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil – Províncias do Norte*. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 272.
- <sup>109</sup> IHGB – Lata 207 – Doc. 18.
- <sup>110</sup> IAHP – Arquivo Orlando Cavalcanti – Fundo Visconde de Camaragibe – Caixa 223 – Recife, 13 de setembro de 1844: carta de “O Miguel” para Hollanda.
- <sup>111</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 107.
- <sup>112</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 18 de maio de 1863.
- <sup>113</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 1 e 2 de janeiro de 1869.
- <sup>114</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 7 de dezembro de 1876.
- <sup>115</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 5 de maio de 1879.
- <sup>116</sup> IAHP – VRS1 – 1876 – 01V – Inventário de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Camaragibe.
- <sup>117</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 29 de janeiro de 1880.
- <sup>118</sup> ARQUIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO (AALEPE) – Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco do Anno de 1846. Pernambuco: Typographia da Província, 1889, p. 29.
- <sup>119</sup> Idem, p. 58.
- <sup>120</sup> Idem.
- <sup>121</sup> Idem.
- <sup>122</sup> Idem, p. 59.
- <sup>123</sup> Idem.
- <sup>124</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário Novo*, 30 de outubro de 1844.
- <sup>125</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário Novo*, 20 de janeiro de 1845.
- <sup>126</sup> APEJE, CDR, 2.1/01 – 1864.
- <sup>127</sup> FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife Velho*. Algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense. São Paulo: Global, 2008, pp. 115 - 116.
- <sup>128</sup> MEMORIAL DA JUSTIÇA – (MJP) - TJPE – Recife, 1865 – CV. 1201.
- <sup>129</sup> MJP – TJPE – Recife/ 1879 e 1856 – CV 1202.
- <sup>130</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, 6 de fevereiro de 1880.
- <sup>131</sup> IAHP – COR2, VO2V – 1880 – 1884 – Inventário de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Suassuna.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia*. Fac-simile. Pernambuco: Typographia União, 1847.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: Volume II (1831 – 1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BEVILÁQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: EdUFPE, 2012.

---

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado* – trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: EdUFPE, 2013.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas; CARVALHO, Marcus J. M. de. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções* – Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

CAPELA, José. *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Afrontamento, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 – 1824. In: *Revista Brasileira de História*, volume. 18, nº36.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade* – Rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822 – 1850. Recife: UFPE, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O “cálculo dos traficantes”: o tráfico Atlântico de escravos para Pernambuco (1831 – 1850). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 158, Nº 396, p. 918, Julho/Setembro de 1997.

CARVALHO, Marcus J.M. de. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817 – 1824). In: JANCSÓ, Istvan. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. de. “Quem furta mais e esconde”: o roubo de escravos em Pernambuco, 1832 – 1855. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo 150, Nº 363, p. 320, abril/ junho de 1989.

Documentos sobre a Revolução Pernambucana de 1817 .in: *Revista trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Tomo XXIX, parte primeira, p. 210, 1866.

FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife Velho*. Algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense. São Paulo: Global, 2008.

HESPANHA, Antonio Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

JOÃO PAULO II. *Discorso di Giovanni Paolo II ad un gruppo di calzaturieri di Vigevano*. 1º de abril de 1989. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1989/april/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19890401\\_calzaturieri-vigevano.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/it/speeches/1989/april/documents/hf_jp-ii_spe_19890401_calzaturieri-vigevano.html) .

---

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil – Províncias do Norte*. Brasília: Senado Federal, 2008.

LIMA, Manoel de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Segundo volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, p.169. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01064420#page/1/mode/1up>. Acesso em 18 de maio de 2013.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O velho senado*. Brasília: Senado Federal, 2004.

MARTINS, Henrique. *Lista Geral dos bacharéis e doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931*. Recife: Tipografia Diário da Manhã, 1931.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. fac-simile. Recife: Typ. De F. C. de Lemos e Silva, 1853, p. 15.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso – ensaio de história regional*. São Paulo: SENAC, 2001.

Ministério da Educação e Cultura. *Documentos históricos – Devassa de 1801 em Pernambuco*. Volume CX. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1955, pp. 20 e 24.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. *Minha Meninice & outros ensaios*. Recife: Massangana, 1988.

*Organizações e programas ministeriais – Regime Parlamentar no Império*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

QUINTAS, Amaro. O padre Lopes Gama – Um analista político do século passado. In: *Amaro Quintas – o historiador da liberdade*. Recife: CEPE.

SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. 2ª edição. Recife: EDUPE, 2011.

VAUTHIER, Louis – Léger. Diário pessoal. In: PONCIONI, Claudia. *Pontes e ideias – Louis-Léger Vauthier um engenheiro fourierista no Brasil*. Recife: CEPE, 2010.